DO ZERO AO LEGAL DESIGNER

3 MAIORES ERROS NAS PETIÇÕES

E COMO VOCÊ PODE EVITÁ-LOS
PARA MELHORÁ-LAS

Escrito por Tales Calaza

CALAZA

SUA MARCA. SUA ADVOCACIA.

prazer, TALES.

Após atuar na advocacia consultiva e contenciosa, conheci o Legal Design e reinventei completamente a minha atuação jurídica. Depois de alguns anos pesquisando em fontes nacionais e internacionais, aplicando e testando os conhecimentos na prática e palestrando para universidades, escritórios de advocacia, departamentos jurídicos, entre outros grupos decidi, em conjunto com meu amigo José Faleiros Júnior, convidar as mentes mais brilhantes que tratavam do assunto no país até o momento e escrever o primeiro livro sobre Legal Design no Brasil. Hoje, depois de uma longa estrada percorrida, meu desejo é compartilhar com você o conhecimento que acumulei para, juntos, transformarmos a sua prática jurídica.

VAMOS LÁ?

VOCÊ JÁ SE PERGUNTOU SE OS JUIZES GOSTAM DAS SUAS PETIÇÕES?

Não é de hoje que os juristas buscam como escrever a petição perfeita. São inúmeros vídeos, artigos, blogs, webinars e palestras oferecendo técnicas e dicas milagrosas para "transformar completamente sua petição" (Não acredita? Digite no Google "petição perfeita" e dê uma olhada nos resultados).

O problema é que muitos desses conteúdos buscam te oferecer uma "receita de bolo", ou seja, um passo a passo universal para você aplicar em todos os seus casos. Evidentemente não poderia dar certo, vez que cada caso é um caso.

Aprendemos isso no início do estudo das técnicas do Legal Design, quando você descobre um de seus principais pilares: a empatia. Ora, se nenhum ser humano é igual, como poderíamos buscar uma receita de "melhor petição" que atendesse a todos os casos?

A resposta é simples: é impossível.

POR ISSO, ESTE EBOOK...

...não objetiva te trazer um passo a passo mágico ou um conjunto de técnicas infalíveis para que o juiz goste da sua petição, mas sim te ensinar os TRÊS MAIORES ERROS cometidos no momento de escrever uma petição e eu já te adianto: o terceiro é o mais comum.

Este conhecimento não irá somente lhe auxiliar a obter melhores resultados, mas a contribuir para a solução de um dos maiores problemas da justiça brasileira: o judiciário atolado, que acaba por ser um dos resultados mais nefastos provenientes dos erros que irei comentar nas próximas páginas.

Te convido a continuar a leitura com a mente aberta para novos conhecimentos, livre de vieses e noções pré-concebidas, para que você abrace o seu novo formato de redação, evitando estes erros, com um novo olhar sobre a sua petição.

VAMOS COMEÇAR?

I ARGUMENTAÇÕES GENÉRICAS

O primeiro erro talvez seja, de pronto, o mais grave.

A argumentação genérica ocorre quando você fundamenta a sua petição com argumentos que poderiam justificar qualquer outro caso como aquele.

Um exemplo muito claro desta situação ocorre quando você vê advogados utilizando modelos de peças encontrados na internet. Veja, se o modelo está disponível para preenchimento, é evidente que poderia ser utilizado em qualquer outra situação como aquela, simplesmente alterando poucos dados entre cada processo.

Há casos que realmente demandam uma argumentação mais compacta, como execuções e cobranças simples...

O problema ocorre quando essas argumentações que se prestariam a justificar quaisquer outros casos são utilizadas em processos mais complexos, que demandam uma melhor estruturação fática ou de argumentação jurídica.

Não se engane, o magistrado e seus assessores recebem inúmeras petições por dia. Eles sabem exatamente quais peças foram trabalhadas com uma boa argumentação, linkando os fatos aos fundamentos e aos pedidos numa linha lógica, assim como também sabem muito bem quais peças estão recheadas de argumentações genéricas, trabalhadas no juridiquês, somente para buscar "mostrar trabalho" ao cliente.

Tenha isso em mente: uma boa petição de 5 páginas pode trazer um índice de procedência muito mais elevado e uma segurança jurídica muito maior para o seu cliente do que uma peça gigantesca em que foi acostada todo e qualquer fundamento jurídico aplicável àquela situação.

O fato de o uso da argumentação genérica ser um erro tão grave não é baseado somente em pesquisas empíricas, como vou te mostrar na próxima página.

No ano de 2020, o grupo Visulaw realizou uma pesquisa nacional entrevistando 147 magistrados federais, sendo que 71,9% deles apontaram a argumentação genérica como o maior problema nas petições atualmente. É um número expressivo.

COMO EVITAR: Na mesma pesquisa apontada acima, 96,7% dos magistrados apontaram que o segredo para tornar uma petição mais agradável para leitura e análise é a redação objetiva.

Para alcançar este resultado e, consequentemente, driblar o erro da argumentação genérica é interessante que, durante a confecção da peça, você faça uma lista de todos os argumentos, artigos, leis, precedentes e demais fundamentos que podem ser aplicáveis ao seu caso.

Em seguida, dê um passo para trás e veja quais desses fundamentos realmente se encaixam no seu caso.

Foque nesses argumentos.

Vale mais trabalhar bem um precedente, demonstrando suas similaridades com o caso concreto, do que rechear a peça com milhares de precedentes vazios, genéricos.

Caso você ache importante trazer fundamentos ou precedentes que não são perfeitamente aplicáveis ao caso, mas tem pelo menos algo em comum e podem lhe trazer algum benefício, por que não criar um anexo de fundamentos?

Deixe a peça principal para a argumentação principal e, caso precise, utilize maneiras criativas de juntar mais fundamentações sem comprometer a sua petição.

II REDAÇÃO PROLIXA

Tão importante quanto não utilizar argumentações genéricas é saber evitar a redação prolixa.

Este erro ocorre quando o advogado "enrola" muito para chegar em alguma conclusão.

É algo muito comum em petições quando nos deparamos com vários parágrafos que dizem a mesma coisa de formas diferentes e, eventualmente, acabam chegando na mesma conclusão.

Este problema ainda é agravado à medida que a redação se torna confusa, quando o advogado tenta traduzir diversas ideias na mesma frase ou parágrafo.

Assim como os resultados encontrados sobre o erro anterior, a pesquisa do grupo VisuLaw constatou que 71,24% dos juízes entrevistados apontam a redação prolixa como um dos maiores problemas das petições atuais.

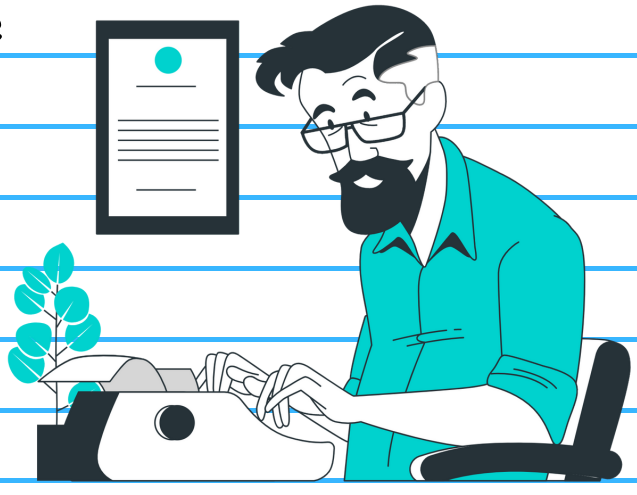
COMO EVITAR: o segredo é simples, seja objetivo!

Busque organizar a argumentação da sua petição em capítulos, traduzindo uma ideia daquele capítulo em cada parágrafo, utilizando frases curtas e diretas ao ponto.

Ao invés de buscar rodear a mesma argumentação de vários ângulos diferentes, busque trazer a sua ideia principal de uma forma simples e objetiva, para depois trabalhar a argumentação jurídica, caso seja necessário aprofundar.

Assim como a argumentação genérica, o uso excessivo de doutrinas e jurisprudências também pode ser interpretado como redação prolixa.

Portanto, busque utilizar somente o(s) precedente(s) e a(s) doutrina(s) mais próximos ao caso concreto, evidenciando suas semelhanças e demonstrando porque aquele pedido deve ser julgado procedente ou improcedente.



III NÚMERO DE PÁG.

Não tão grave quanto os erros anteriores, mas também pode se mostrar como uma grande barreira na hora de classificar sua peça como uma "boa petição".

O número excessivo de páginas acaba por se mostrar como uma consequência da argumentação genérica e da redação prolixa.

Você provavelmente já se deparou com petições e contratos de 30 ou mais páginas, sendo que seu conteúdo poderia ser facilmente traduzido em menos de 10 laudas.

Isso ocorre porque o advogado busca resguardar toda e qualquer situação jurídica possível, no consultivo ou no contencioso, o que acaba por muitas vezes atrapalhar mais do que ajudar.

Você pode verificar o problema da seguinte forma: imagine que você tem que analisar dois contratos, podendo optar por qual iria analisar hoje e deixar o outro para a próxima semana.

O primeiro contrato tem 5 páginas, enquanto o segundo tem 57.

Qual você analisaria hoje? Provavelmente o primeiro, certo?

Isso acontece porque as pessoas tem a tendência de procrastinar as tarefas mais difíceis, deixando-as para o último momento.

Tendo isso em mente, porque não trabalhar uma petição ou um contrato mais objetivo, para que sejam os primeiros na fila de análise pelo magistrado ou de validação e assinatura pelo cliente?

COMO EVITAR: primeiro, busque eliminar as informações desnecessárias (exemplo: trechos óbvios de legislação, como responsabilidade civil simples, jurisprudências sobre temas já pacificados, obrigações trazidas por lei, obrigações não relacionadas diretamente ao caso concreto, entre outros).

Em seguida, elimine informações em duplicidade (argumentações ou cláusulas que tragam informações semelhantes e estejam localizadas em campos esparsos pelo documento).

Por fim, deixe somente a informação principal no documento, o que for realmente essencial para o caso.

Informações adicionais, acessórias ou secundárias podem ser levadas para um anexo ou mesmo para uma segunda camada de informação (link e/ou QR Code).

Dica extra: seguiu todos os passos acima e o documento ainda apresenta um número elevado de páginas? Tente mudar o layout da página de seu editor de texto do formato A4 para o formato A3.

Se sua petição for digital. Claro que você não vai entregar uma cartolina para o juiz, né?

O documento provavelmente vai reduzir o número de páginas pela metade sem descartar qualquer parte do conteúdo!

BÔNUS

Uma ótima maneira de fugir desses três erros é você planejar a sua petição antes de começar a escrevê-la.

Para isso, eu criei um passo a passo que pode te ajudar quando você for escrever seus próximos documentos e quiser fugir dessas gafes.

PLANEJANDO A SUA PETIÇÃO

Passo 1: No editor de texto, escreva toda a argumentação de forma livre. Todas as suas ideias, todas as legislações, precedentes e doutrina aplicáveis. Não deixe nada de fora.

Passo 2: Clusterize as informações, ou seja, agrupe as argumentações em grupos de temática semelhante (exemplo: dano moral, dano material, lucro cessante, rescisão contratual, entre outros).

Passo 3: Defina os tópicos macro (histórico processual, fatos, fundamentos, pedidos, outros) e os micro (da responsabilidade civil, da rescisão contratual, do dano moral, entre outros).

Passo 4: Defina títulos adequados para os tópicos, que traduzam a ideia central de cada um, destacando-os (o uso de negrito e de uma fonte maior podem se mostrar como boas opções).

Passo 5: Elimine as informações desnecessárias (como textos legislativos básicos, precedentes superados ou doutrinas sobre temas pacíficos) e remova argumentações em duplicidade.

Passo 6: Revise o texto, cada tópico de uma vez, escrevendo as argumentações em uma sequência lógica de eventos, com frases e parágrafos curtos e objetivos (busque traduzir somente uma ideia por frase).

Passo 7: Revisite o documento como um todo, verificando se as argumentações seguem uma ordem lógica, se os tópicos estão bem destacados, se o número de páginas se mostra razoável e se não há redação prolixa ou argumentação genérica.

Em resumo...

Os três maiores erros nas petições atualmente, segundo os Juízes Federais são:

- Argumentações genéricas;
- Redação prolixa;
- Grande número de páginas;

E a melhor forma de resolver esses erros é através da aplicação correta do Legal Design nesses documentos.

Se você gostou desse material, não deixe de me seguir nas redes sociais para ter dicas diárias sobre o tema!

clique na imagem para ser redirecionado para minha página do instagram

FIM